

**Estado de Santa Catarina  
Município de Papanduva  
Controle Interno**

## **PARECER DO BALANÇO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**

### **ASSUNTO: Contas do exercício de 2013**

Em cumprimento as atribuições contidas na Lei Complementar nº 003/2002, de 04/12/02 que institui o Sistema de Controle Interno e o Parágrafo Único do Inciso IV do Art. 54 da lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Município de Papanduva/SC, com base no Relatório de Auditoria Interna e nos resultados apurados no **Balanço Consolidado**, emite o presente parecer sobre as contas anuais do Município, relativas ao exercício de 2013.

### **1 - DAS AUDITORIAS E PARECERES REALIZADOS**

A Controladoria programou e realizou durante o Exercício de 2013, 02 (duas) Auditorias Internas, para verificação do cumprimento legal, assim discriminadas:

#### **AUDITORIA Nº 01/2013**

##### **LICITAÇÕES:**

O Sistema de Controle Interno, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 003, de 04 de dezembro de 2002, efetuou auditoria em licitações por amostragem: **Dispensa de Licitação n. 002/2013, 013/2013 e 006/2013, Pregão Presencial n. 007/2013, 012/2013 e 022/2013**, tendo o subscritor verificado que os trabalhos desenvolvidos estão respeitando o princípio da legalidade, bem como os demais que regem a administração pública.

#### **AUDITORIA Nº 02/2013**

##### **PATRIMÔNIO MUNICIPAL**

O Sistema de Controle Interno, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 003, de 04 de dezembro de 2002, efetuou auditoria no patrimônio municipal, a qual apontou algumas irregularidades e inconsistências, as quais foram comunicadas a quem de direito para a imediata resolução dos problemas apontados.

**DOS PARECERES:** importante registrar que o subscritor foi instado pelo executivo a emitir diversos pareceres no exercício de 2013, sobre os mais diversos assuntos. Tais pareceres foram devidamente informados nos relatórios produzidos pelo controlador interno adiante subscrito, os quais são bimestralmente apresentados ao TCE/SC.

## 2 - RESULTADO CONSOLIDADO DO BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2013

### 2.1 - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é evidenciado seu propósito, estrutura e fundamentação legal. Em seguida é feita a análise da receita com sua composição, evolução e os desvios. O mesmo procedimento é feito com as despesas. Por fim, analisam-se os resultados e têm-se as considerações finais.

#### QUOCIENTES SOBRE O BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

##### Quociente da Execução da Receita:

<b>Receita Arrecadada</b>	=	37.901.292,89	=	0,90%
<b>Receita Prevista</b>	=	37.600.000,00		

Esse quociente exprime a seguinte relação:

<b>Receita Arrecadada</b>	=	37.901.292,89	=	100,80%
<b>Receita Prevista</b>	=	37.600.000,00	=	100,00%
<b>Superávit.....</b>	=	301.292,89	=	0,80%

A interpretação desse quociente nos leva ao seguinte, para cada 1,00 de receita prevista foi arrecadado 1,008, proporcionando um superávit de arrecadação de R\$ 301.292,89 equivalente a 0,008%.

## Composição e evolução da receita

Comportamento Entre as Receitas Previstas e Executadas em 2013

EXERCÍCIO DE 2013				
Título	Receita		Diferença	
	Previsão R\$	Execução R\$	R\$	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>33.000.000,00</b>	<b>36.085.900,86</b>	<b>3.085.900,86</b>	9,35%
Receita Tributária	2.540.000,00	2.658.124,37	118.124,37	4,65%
Receitas De Contribuições	915.000,00	1.115.134,27	200.134,27	21,87%
Receita Patrimonial	1.170.000,00	771.703,70	-398.296,30	-34,04%
Receita Agropecuária	10.000,00	0,00	-10.000,00	-100,00%
Receita de Serviços	1.390.000,00	1.276.750,19	-113.249,81	-8,15%
Transferências Correntes	29.430.000,00	31.821.859,71	2.391.859,71	8,13%
Outras Receitas Correntes	355.000,00	522.443,89	167.443,89	47,17%
Dedução das Receitas Correntes (-)	-4.440.000,00	-4.309.440,70	130.559,30	-2,94%
<b>Receitas Intra-orçamentária Correntes</b>	<b>1.630.000,00</b>	<b>2.229.325,43</b>	<b>599.325,43</b>	36,77%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>4.600.000,00</b>	<b>1.815.392,03</b>	<b>-2.784.607,97</b>	-60,53%
Operações De Crédito	3.200.000,00	1.287.643,85	-1.912.356,15	-59,76%
Alienações de Bens	100.000,00	0,00	-100.000,00	-100,00%
Transferências de Capital	1.300.000,00	527.748,18	-772.251,82	-59,40%
Ded. Receitas Capital (-)	0,00	0,00	0,00	
			0,00	
<b>SOMA</b>	<b>37.600.000,00</b>	<b>37.901.292,89</b>	<b>301.292,89</b>	0,80%

### ANALISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA.

#### Receita Tributária

Orçado	Arrecadado	Diferença
2.540.000,00	2.658.124,37	118.124,37   4,65%

Constatamos que no transcorrer do exercício a mesma fonte obteve 104,65% do orçado, apresentando um pequeno desequilíbrio entre o previsto e o arrecadado. Os impostos que tiveram um comportamento acima do previsto.

#### Contribuições

Orçado	Arrecadado	Diferença
915.000,00	1.115.134,27	200.134,27   21,87%

A mesmas ultrapassaram o montante previsto em virtude do aumento real de 5,00% e mais 5,56% de reposição salarial, que foi repassado aos servidores municipais as refletiram nas contribuições dos servidores ao regime previdenciário o qual tiveram um aumento. Ficando no ano com 121,87% da previsão.

### **Patrimonial**

Orçado	Arrecadado	Diferença
1.170.000,00	771.703,70	-398.296,30   -34,04%

Ficou abaixo do previsto em 34,04% em virtude da queda de rendimento das aplicações financeiras do Regime Previdenciário em e renda fixa e a variável.

### **Agropecuária**

Orçado	Arrecadado	Diferença
10.000,00	0,00	(10.000,00)   100,00%

Não Houve arrecadação de receita agropecuária, ocasionado pela não realização de serviços com maquinas aos pequenos agricultores.

### **Receita de Serviços**

Orçado	Arrecadado	Diferença
1.390.000,00	1.276.750,19	(113.249,81)   -8,15%

Foi inferior ao orçado em 8,15%, em virtude dos serviços oferecidos pela SAMAE, não terem sido majorados nos últimos exercícios no entanto houve aumento no numero de consumidores, bem como os serviços prestados diretamente pelo SUS de exames laboratoriais.

### **Transferências Correntes**

Orçado	Arrecadado	Diferença
29.430.000,00	31.821.859,71	2.391.859,71   8,13%

Superior ao previsto em 8,13%, provocado pelo crescimento do retorno do FPM, aumento na participação do FUNDEB, pelo acréscimo de alunos na rede municipal de ensino no exercício de 2012.

### **Outras Receitas correntes**

Orçado	Arrecadado	Diferença
355.000,00	522.443,89	167.443,89   47,17%

A sua arrecadação portou-se no exercício acima do orçado em 47,17% a dívida ativa obteve o resultado superior ao esperado no exercício.

### **Deduções das Receitas Correntes (-)**

Orçado	Arrecadado	Diferença
4.440.000,00	4.309.440,70	130.559,30   -2,94%

O valor orçado em deduções foi deficitário em R\$ 130.559,30, em percentual 2,94%. Assim sendo verificamos uma pequena redução entre o previsto e o efetivamente arrecadado, sendo a dedução para o FUNDEB o principal agente.

### **Receita Intra Orçamentária**

Orçado	Arrecadado	Diferença
1.630.000,00	2.229.325,43	599.325,43   36,77%

Os números traduzem uma margem de um superávit 36,77% entre o valor orçado e o arrecadado, em valor atingiu a importância de R\$ 599.325,43 fato provocado pela repasse para cobertura do Déficit atuarial do regime previdenciário.

### **Operação de credito**

Orçado	Arrecadado	Diferença
3.200.000,00	1.287.643,85	(1.912.356,15)   59,76%

Frustrada em virtude das operações de credito não ser efetiva na sua totalidade no exercício de 2.013, representado uma frustração de 59,76% do previsto.

### **Alienação de Bens**

Orçado	Arrecadado	Diferença
100.000,00	0,00	(100.000,00)   100,00%

No exercício não houve alienações ativos.

### **Transferências de Capital**

Orçado	Arrecadado	Diferença
1.300.000,00	527.748,18	(772.251,82)   59,40%

A sua arrecadação no exercício foi no montante de R\$ 527.748,18, inferior ao previsto em R\$ 772.251,82, déficit este ocasionado pela frustração de repasse principalmente da União de convenio firmado com a Municipalidade.

### **Comportamento da Receitas Correntes**

	Orçado	Arrecadado	Diferença
<b>Receitas Correntes</b>	<b>  33.000.000,00</b>	<b>  36.085.900,86</b>	<b>  3.085.900,86   9,35%</b>

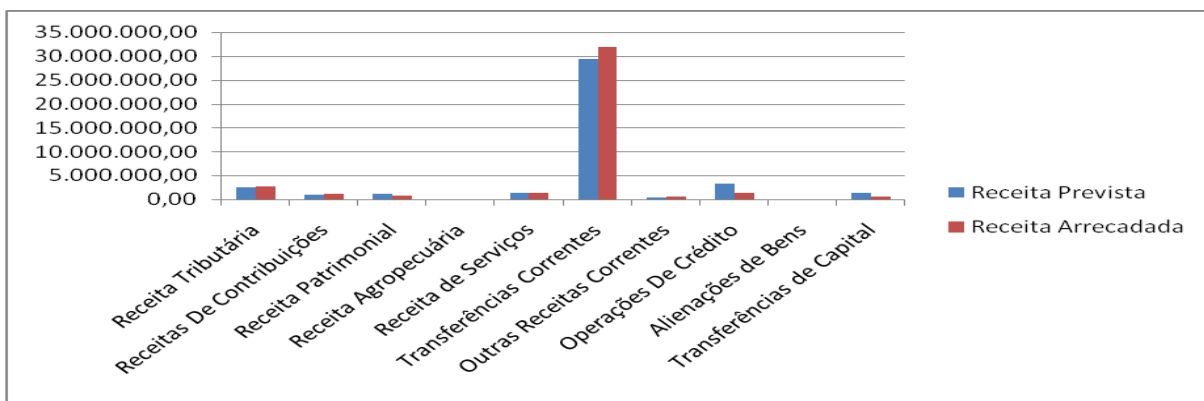
Para o exercício de 2.013 o Orçamento Consolidado Provisionou uma arrecadação em Receitas Correntes no valor de R\$ 33.000.000,00, no desenvolver do ano chegamos ao numero de R\$ 36.085.900,86 efetivamente arrecadado superior em R\$ 3.085.900,86, fator preponderante para este superávit foi as transferência da União o FPM e do Estado e FUNDEB, que em valor atingiu a cifra de R\$ 31.821.859,71 desta forma tragando a frustração ocorrida em outras fontes.

### **Comportamento da Receitas Capital**

	Orçado	Arrecadado	Diferença
	<b>4.600.000,00  </b>	<b>1.815.392,03  </b>	<b>(2.784.607,97)   -60,53</b>

Em suma ao efetuarmos uma leitura do comportamento da receita prevista e a arrecada verificamos que a transferência de convenio para despesas de capital atingisse desempenho frustrante inferior em R\$ 772.251,82 em percentual 44,08%, no transcorrer do ano foi deficitária em virtude de o município ter realizado operação de credito menor do que o previsto, ensejando déficit no comportamento das receitas de Capital.

**O gráfico demonstra o relacionamento entre o previsto e o arrecadado**



### Conclusão

O resultado Consolidado da execução orçamentária da receita do Município no exercício em 2013, nos revela que a mesma foi equilibrada onde verificamos acréscimos em algumas fontes e frustrações em outras, pois apresentou superávit de **R\$ 301.292,89 (trezentos um mil duzentos noventa dois reais e oitenta nove centavos)**, cuja receita arrecada a maior da prevista o equivale a **0,80%** vejamos. O anexo abaixo.

	Orçado	Arrecadado	Diferença	
<b>SOMA</b>	<b>37.600.000,00</b>	<b>37.901.292,89</b>	<b>301.292,89</b>	<b>0,80%</b>

### 2.2.-) Quociente da Execução da Despesa:

<b>Despesa Executada</b>	=	34.653.291,66	=	78,41%
<b>Despesa Autorizada</b>	=	44.191.071,10		

Esse quociente exprime a seguinte relação:

<b>Despesa Executada</b>	=	34.653.291,66	=	78,41%
<b>Despesa Autorizada</b>	=	44.191.071,10	=	100,00%
<b>Diferença</b>	=	9.537.779,44	=	21,59%

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa fixada foi realizado apenas 0,7841 proporcionando uma economia orçamentária de 21,59%, que representa em R\$ 9.537.779,44.

### ANALISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA:



## Relação Entre as Despesas Autorizada e Executada em 2013

EXERCÍCIO DE 2013				
Título	Despesa		Diferença	
	Fixação R\$	Execução R\$	R\$	%
Créditos Orçamentários e Suplementares	44.191.071,10	34.653.291,66	-9.537.779,44	-21,58%
Despesas Correntes	35.194.871,10	29.927.013,30	-5.267.857,80	-14,97%
Despesas de Capital	6.690.528,94	2.454.809,55	-4.235.719,39	-63,31%
Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	2.305.671,06	2.271.468,81	-34.202,25	-1,48%
<b>Soma</b>	<b>44.191.071,10</b>	<b>34.653.291,66</b>	<b>-9.537.779,44</b>	<b>-21,58%</b>

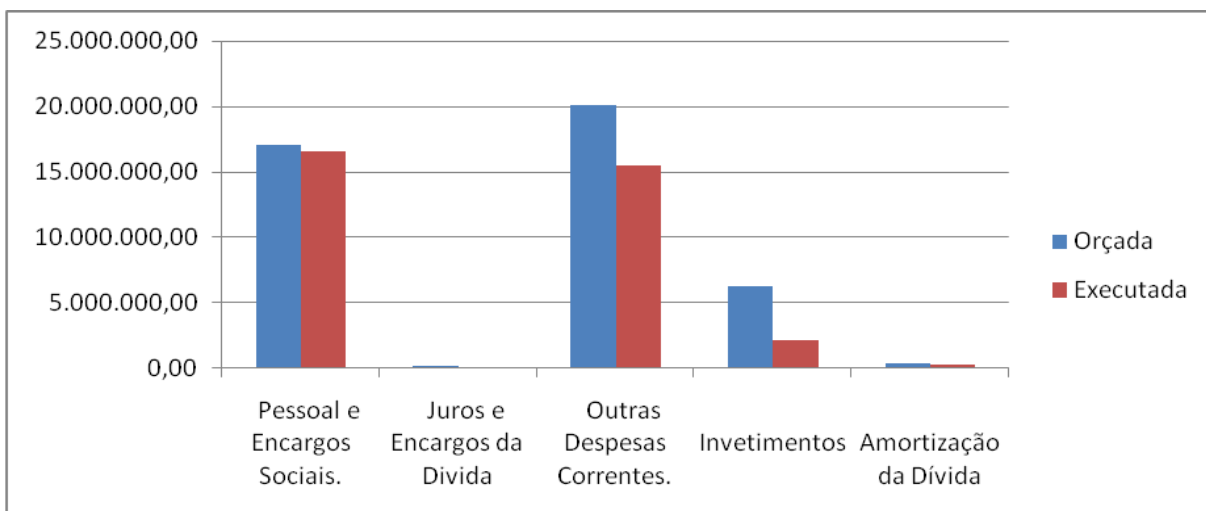
## Abertura e Anulação de Créditos Adicionais

Despesa Orçada	Suplementada	Anulada	Autorizada
<b>37.600.000,00</b>	<b>7.655.542,16</b>	<b>1.064.471,06</b>	<b>44.191.071,10</b>
<b>100,00%</b>	<b>20,36%</b>	<b>2,83%</b>	<b>117,52%</b>

## Despesas por Categoria Econômica

EXERCÍCIO DE 2013				
Título	Despesa		Diferença	
	Orçada R\$	Executada R\$	R\$	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>37.345.542,16</b>	<b>32.198.482,11</b>	<b>-5.147.060,05</b>	<b>-13,78%</b>
Pessoal e Encargos Sociais.	17.086.407,06	16.563.305,53	-523.101,53	-3,06%
Juros e Encargos da Dívida	190.000,00	115.979,88	-74.020,12	-38,96%
Outras Despesas Correntes.	20.069.135,10	15.519.196,70	-4.549.938,40	-22,67%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>6.690.528,94</b>	<b>2.454.809,55</b>	<b>-4.235.719,39</b>	<b>-63,31%</b>
Investimentos	6.270.528,94	2.122.340,45	-4.148.188,49	-66,15%
Amortização da Dívida	420.000,00	332.469,10	-87.530,90	-20,84%
<b>Reserva de Contingencia</b>	<b>155.000,00</b>		<b>-155.000,00</b>	<b>-100,00%</b>
<b>SOMA</b>	<b>44.191.071,10</b>	<b>34.653.291,66</b>	<b>-9.537.779,44</b>	<b>-21,58%</b>

O gráfico demonstra o relacionamento entre a autorizada e a realizada



## ANALISE DAS DESPESAS

### Despesas de pessoal e encargos

Autorizada	Realizada	% do total da Despesas	Saldo Dotação
17.086.407,06	16.563.305,53	47,79%	523.101,53

A proposta orçamentária previa uma despesas de R\$ 13.263.000,00 no transcorrer do exercício foram efetivada suplementação que elevou o valor original para R\$ 17.086.407,06 que no transcorrer do exercício efetivo uma despesas no montante de R\$ 16.563.305,53 em termos de percentual estas despesas alcançaram 47,79%, do total da Despesas. Onde verificamos que restou um saldo de dotação R\$ 523.101,53.

### Juros e encargos da dívida

Autorizada	Realizada	% do total da Despesas	Saldo Dotação
190.000,00	115.979,88	0,33 %	74.020,12

Autorizado na Lei orçamentária e suplementações o valor de R\$ 190.000,00, mas foram utilizados R\$ 115.979,88 ou seja 61,04% do previsto, mas em uma análise do montante gasto no exercício o valor representa 0,33% do total das despesas, verificou uma economicidade dotação no valor de R\$ 74.020,12.

### Outras despesas correntes

Autorizada	Executada	% do total da Despesas	Saldo Dotação

20.069.135,10	15.519.196,70	44,78 %	4.549.938,40
---------------	---------------	---------	--------------

No Início do exercício foi orçado o valor de R\$ 17.324.000,00, mas até término do ano constatamos que a mesma foi reforçada chegando a um total de R\$ 20.069.135,10 e os gastos realizado foi na ordem de R\$ 15.519.196,70 o equivalente a 44,78% do gasto total do município.

### Investimentos

Autorizada 6.270.528,94	Realizada 2.122.340,45	% do total da Despesas 6,12%	Saldo Dotação 4.148.188,49
----------------------------	---------------------------	---------------------------------	-------------------------------

Inicialmente foi programado na lei orçamentária uma despesa de R\$ 6.248.000,00 com as suplementações no transcorrer do exercício chegou a um total de R\$ 6.270.528,94, no entanto as despesas empenhadas atingiram a soma de R\$ 2.122.340,45 sendo que o maior montante das despesas de investimentos foram alicerçada nos convênios principalmente do governo federal no entanto em termos de um percentual as despesas atingiram a 6,12%. O saldo elevado de sobra de dotação e constatado pela não realização da operação de credito e na sua consequência a despesas não se efetivaram, bem como recursos programados com a fonte própria.

### Amortização da dívida

Autorizada 420.000,00	Realizada 332.469,10	% do total da Despesas 0,95%	Saldo Dotação 87.530,90
--------------------------	-------------------------	---------------------------------	----------------------------

Foi realizado e contabilizado o valor de R\$ 332.469,10 que representa 0,95% dos gastos total, o valor autorizado permaneceu no exercício, ou seja, de R\$ 420.000,00, assim sendo ficou um pouco aquém do previsto.

### Conclusão das despesas

Autorizada 44.191.071,10	Realizada 34.653.291,66	% do total da Despesas Autorizada 78,41%	Saldo Dotação 9.537.779,44
-----------------------------	----------------------------	--	-------------------------------

Para o exercício de 2013, a Lei Orçamentária Anual fixou as Despesas do Município de Papanduva em R\$ 37.600.000,00 (Trinta e sete milhões e seiscentos mil reais). No entanto, no transcorrer do exercício, o município realizou suplementações

orçamentárias de R\$ 7.655.542,16 (sete milhões seiscentos cinquenta cinco mil e quinhentos quarenta dois reais e dezesseis centavos) por conta do superávit financeiro, excesso de arrecadação e anulação de dotações do orçamento do município. E constatamos anulação de R\$ 1.064.471,06 (um milhão sessenta quatro mil e quatrocentos setenta um reais e seis centavos) perfazendo uma montante da despesa autorizada em R\$ 44.191.071,10 (quarenta quatro milhões cento noventa um mil setenta um reais e dez centavos) onde ainda ficou um saldo a executar no valor de R\$ 9.537.779,44 (nove milhões quinhentos trinta sete reais e setecentos senta nove reais e quarenta quatro centavos)

Em uma análise, entre os valores previstos e o efetivamente realizado, verificamos que houve um descompasso principalmente nas despesas correntes que se efetivou a maior. As despesas capitais frustraram se pela não realizado da operação de credito prevista e os convênio ficaram abaixo do orçado. Do montante dos gastos encontramos que a despesas correntes (manutenção da máquina administrativa) foram utilizados 92,91% dos gastos, o que nos leva a afirmar que o município gastou um percentual elevado para somente manter a estrutura administrativa, e as despesas de capital atingiram apenas a soma de 7,09%, convém salientar que muitas das despesas de capital sofreram frustrações, tendo a sua origem nas alienações de bens que não se efetivaram no transcurso do ano e da não efetivação das operações de crédito previstas na sua totalidade.

### **Comparativo entre receita x despesas**

<b>Receita Arrecadada R\$</b>	<b>Despesa Realizada R\$</b>	<b>Superávit</b>	
37.901.292,89	34.653.291,66	3.248.001,23	8,57%

### **Análise conclusiva do balanço orçamentário:**

Uma Leitura dos números do Balanço orçamentário, leva-nos a constatar um Superávit orçamentário no Balanço Consolidado de 2013, de R\$ 3.248.001,23, o mesmo e descontado o Regime de Previdência que apresentou o Superávit no exercício de R\$ 2.413.841,38 representado em percentual 74,31%, do montante, sendo que a demais unidades orçamentárias representaram 25,69%, assim fica demonstrado o equilíbrio financeiro no exercício principalmente nas fontes 00 – Recursos Ordinários, 01 – Transferências de Recursos Educação e 02 - Transferências de Recursos Saúde.

## **3 - BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço financeiro é um demonstrativo da contabilidade pública que evidencia a movimentação dos recursos financeiros, demonstrando seu saldo inicial, os ingressos de receitas (Orçamentária e extra), e as despesas (Orçamentária e Extra)

bem como as Interferências (ativas e Passivas) e o saldo apurado no exercício corrente que será transferido para o próximo exercício.

(+)	<b>MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2013</b>		3.249.348,16
(+)	Receita Orçamentária	37.901.292,89	
(+)	Transferências Financeiras Recebidas	8.181.869,78	
(+)	Receita Extra-Orçamentária	5.319.500,51	
(-)	Despesa Orçamentária	34.653.291,66	
(-)	Transferências Financeiras Concedidas	8.181.869,78	
(-)	Despesa Extra-Orçamentária	5.318.153,58	
<b>(=) SALDO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2013</b>			<b>14.326.202,86</b>

### Analise do Balanço financeiro

Para as considerações e das análises do acima demonstrado, serão analisados os seguintes quocientes demonstrados abaixo:

### QUOCIENTE SOBRE O BALANÇO FINANCEIRO

#### a) Resultado da Execução orçamentária:

<b>Soma da receita</b>	+	37.901.292,89	
<b>Soma da despesa</b>	-	34.653.291,66	
<b>RESULTADO</b>	=		<b>3.248.001,23</b>

A interpretação desses números nos revelam que ocorreu um superávit na ordem de R\$ 3.248.001,23 no comportamento entre o arrecadado e os gasto efetivamente realizado.

#### b) Interferências Ativas e Passivas

<b>Soma da Transf. recebidas</b>	+	8.181.869,78	
<b>Soma da Transf. Concedidas</b>	-	8.181.869,78	
<b>RESULTADO</b>	=		<b>0,00</b>

Os valores de transferências concedidas e recebidas se equivalem, cristalizando o coeficiente zerado.

**c) Execução Extra-Orçamentária:**

<b>Receita Extra-Orçamentária</b>	+	5.319.500,51	
<b>Despesa Extra-Orçamentária</b>	-	5.318.153,58	
<b>RESULTADO</b>	=		<b>1.346,93</b>

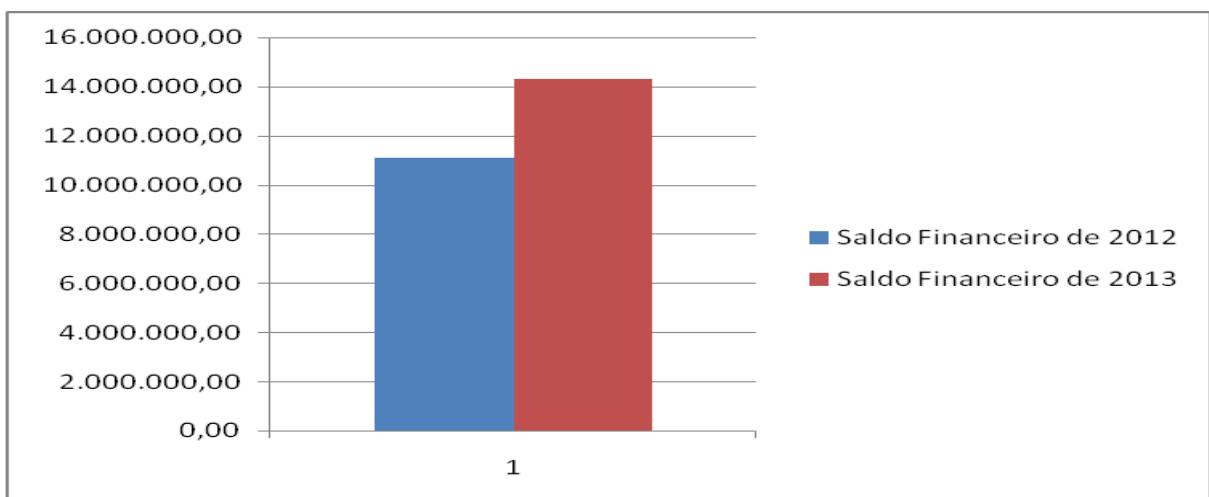
A interpretação a ser feita dos números acima, nos leva a constatar que a execução extra-orçamentária apresentou um pequeno superávit gerado pelo pagamento a menor efetuado no exercício dos valores arrecadados na ordem de R\$ 1.346,93.

**d) Resultado dos Saldos Financeiros:**

<b>Saldo para o exercício seguinte</b>	+	11.076.854,70	
<b>Saldo do exercício anterior</b>	-	14.326.202,86	
<b>RESULTADO</b>	=		<b>3.249.348,16</b>

A interpretação do resultado das disponibilidades financeiras nos aponta para um aumento dos valores financeiros de R\$ 3.249.348,16 um crescimento de 29,33% em comparação do exercício de 2012 para o 2013, mas convém ressaltar que o resultado obtido tem a sua resposta no regime previdenciário que atingiu o valor de R\$ 2.413.841,38 positivo.

Gráfico da evolução do ativo financeiro referente aos anos de 2012 e 2013.



**Análise conclusiva do balanço financeiro**

O resultado financeiro do exercício de 2013 foi superavitário em R\$ 3.249.348,16 (três milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos quarenta e oito reais e dezesseis centavos). O equivalente a 29,33%, onde passamos de um disponível de R\$ 11.076.854,70 para R\$ 14.326.202,86, ocasionado pelo superávit financeiro verificado no regime previdenciário do Município que se encontra em fase de capitalização. No entanto salientamos que a demais unidades não apresentaram o resultado esperado.

#### 4 - BALANÇO PATRIMONIAL

Neste capítulo é abordado o Balanço Patrimonial, apresentando seu conceito fundamentação legal e estrutura. Ainda, será demonstrada a composição e evolução de cada grupo que compõe este demonstrativo contábil, fazendo-se uma análise de cada um. Por fim, são feitas as considerações finais.

##### a) FINANCEIRO

<b>Ativo Financeiro</b>	<b>Passivo Financeiro</b>	<b>Ativo Financeiro Líquido</b>	<b>DISPONIBILIDADE EM %</b>
14.339.594,31	2.757.425,72	11.582.168,59	80,77%

O Ativo financeiro no final do exercício de 2013 apresentou saldo de R\$ 14.339.594,31, e o Passivo financeiro o montante de R\$ 2.757.425,72, onde verificamos a ocorrência positiva do ativo de R\$ 11.582.168,59, que representa 80,77% do ativo financeiro, encontrando-se suportado no disponível do regime previdenciário.

##### b) PERMANENTE

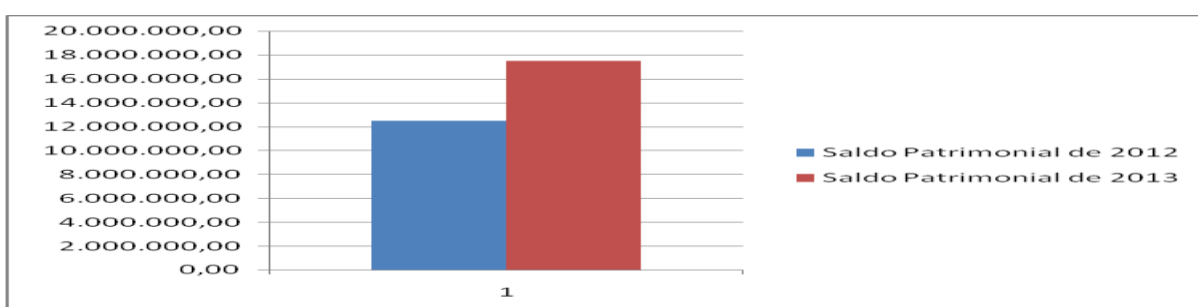
<b>Ativo Permanente</b>	<b>Passivo Permanente</b>	<b>Superávit</b>	<b>Variação%</b>
18.747.056,69	12.810.066,36	5.936.990,33	+ 31,66

O Ativo Permanente acumula valores de créditos, dívida ativa, realizáveis a longo prazo e a curto prazo na ordem de R\$ 1.245.964,67 os imobilizados equivalentes a R\$ 17.439.574,55, e outros credito 61.517,47. No Passivo Permanente, constituído de dívida fundada interna R\$ 1.804.621,81 e Provisões Matemática Previdenciária R\$ 11.005.444,55, proporcionando um superávit de R\$ 5.936.990,33 (cinco milhões novecentos trinta e seis mil novecentos noventa reais e trinta e três centavos) uma variação para mais de 31.66% conforme os dados Balanço Patrimonial.

##### c) Resultado Patrimonial:

<b>Saldo Patrimonial 2.012</b>	<b>Resultado Exercício</b>	<b>Saldo Patrimonial 2013</b>	<b>%</b>
12.459.480,79	5.059.678,13	17.519.158,92	40,61

Os números acima expostos e o gráfico abaixo nos revelam que o Município teve um acréscimo na ordem de 40,61% e em valores R\$ 5.059.678,13 conforme anexo 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais ) com isto o Patrimônio Líquido passou para R\$ 17.519.158,92, valor este ocasionado pelo resultado orçamentário superavitário e pelo acréscimo do permanente (bens) e pelo pagamento da dívida Fundada Interna no Exercício.



## 5 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Define-se variação patrimonial, qualquer alteração ocorrida no patrimônio público, seja ela positiva ou negativa. Demonstra as Variações Patrimoniais, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

### Demonstrativo das Variações Patrimoniais:

Variação Ativas		Variações Passivas		Resultado
<b>Resultante de Execução Orçamentária</b>				
Receita	37.901.292,89	Despesa	34.653.291,66	3.248.001,23
Transferência Recebida	8.181.869,78	Transferência Concedida	8.181.869,78	0,00
Incorporação de Ativo	668.606,58	Desincorporação de Ativo	154.652,42	513.954,16
Desincorporação de Passivo	332.469,10	Incorporação de Passivo	1.287.643,85	-955.174,75
<b>Independente de Execução Orçamentária</b>				0,00
Interferências Ativas	29.341.482,61	Interferências Passivas	29.341.482,61	0,00
Acréscimos Patrimoniais	7.297.367,07	Decréscimos Patrimoniais	5.044.469,58	2.252.897,49
<b>Total Variações Ativas (a)</b>	<b>83.723.088,03</b>	<b>Total das Variações Passivas (b)</b>	<b>78.663.409,90</b>	<b>5.059.678,13</b>
<b>Superávit Verificado a-b=c</b>				<b>5.059.678,13</b>

O resultado patrimonial do exercício de 2013 foi superavitário em R\$ 5.059.678,13 (cinco milhões cinqüenta nove mil seiscentos setenta oito reais e treze centavos) conforme apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, aumentando o Ativo Real Líquido para R\$ 17.519.158,92 (dezessete milhões quinhentos dezenove mil cento cinquenta oito reais e noventa dois centavos) conforme apurado no Balanço Patrimonial.



## 6 - EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA

Exercício	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valores R\$	931.239,91	1.177.430,12	1.314.795,94	1.170.384,92	1.389.415,03	1.236.044,67
Diferença	-11,94%	+ 26,44	+ 11,66%	- 10,99	+ 18,72	- 11,03

A Dívida Ativa (Direito) do Município, encontra-se esta num patamar de equilíbrio, no decorrer dos anos conforme o quadro acima nos revela, a média dos últimos 06 exercícios (2.008 a 2.013) e de R\$ 1.236.044,67, no entanto um comparativo 2012 e 2013, vê-se que houve uma redução em virtude do pagamento da dívida ativa.

## 7- DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Credores	Saldo Anterior	Inscrição no ano	Baixa no exercício	Saldo para Exercício Seguinte
Banco do Brasil	214.786,45	0,00	135.654,60	79.131,85
Badesc	447.764,77	1.287.643,85	167.364,67	1.568.043,95
Cohab Fehap	186.895,84	0,00	29.449,83	157.446,01
<b>TOTAL</b>	<b>849.447,06</b>	<b>1.287.643,85</b>	<b>332.469,10</b>	<b>1.804.621,81</b>

O Quadro acima, espelha o montante da dívida Fundada Interna do Município onde visualizamos que a inscrição em dívida ficou R\$ 1.287.643,85 e as baixas (pagamentos) atingiu a cifra de R\$ 332.469,10 em percentual 25,81% do saldo devedor do ano anterior, o valor a pagar é insignificante, demonstrando que o Município tem um potencial na busca de empréstimos junto as instituições de créditos.

## 8- DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Título	Saldo anterior	Inscrições	Baixas	Saldo p/ 2.014
Depósitos	252.139,83	2.947.472,05	2.899.401,21	300.210,67
Restos a Pagar	2.495.128,03	1.500.515,26	1.548.580,60	2.447.062,69
<b>TOTAL</b>	<b>2.747.267,86</b>	<b>4.447.987,31</b>	<b>4.447.981,81</b>	<b>2.747.273,36</b>

- **Os depósitos:** São compostos de Consignações e depósitos de diversas origens, (Valores de Terceiros) o saldo de 2012 comparado com o final de 2013 nos leva a leitura de um equilíbrio.

## 9 – DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES

### 9.1. Metas Fiscais

O quadro abaixo evidencia as metas fiscais estabelecidas na LDO e as metas fiscais realizadas conforme Relatório Resumido da Execução Orçamentária:

<b>METAS FISCAIS</b>	<b>PREVISTA</b>	<b>REALIZADA</b>	<b>DIFERENÇA</b>	<b>%</b>
Receita	37.600.000,00	37.901.292,89	301.292,89	0,80
Despesa	37.600.000,00	34.653.291,66	-2.946.708,34	-7,83
Resultado Primário	-3.270.000,00	-2.148.740,47	953.116,23	65,71
Resultado Nominal	-165.000,00	1.842.476,95	2.007.476,95	1.216,65
Montante da Dívida	3.200.000,00	1.804.621,81	-1.395.378,19	-43,60

#### **A meta fiscal de receita:**

Foi Equilibrada em virtude da boa performance das receitas correntes, principalmente as transferências do FUNDEB e do FPM que extrapolou o valor orçado, sendo que as demais fonte da receita mantiveram um equilíbrio, exceção a Operação de crédito, alienação de Bens e Receitas agropecuárias que não foram efetivadas no exercício.

#### **A meta fiscal de despesa:**

Ficou abaixo do previsto em R\$ 2.946.708,34, equivalente a 7,83% do valor fixado.

#### **A meta do Resultado Primário:**

Não atingiu a meta em virtude da arrecadação a menor das “Operação de Crédito” e “Alienações de Ativos”.

#### **A meta do Resultado Nominal:**

Na LDO estava previsto um resultado em R\$ - 3.270.000,00 (três milhões duzentos setenta mil reais), no entanto o alcançando no exercício foi de R\$ 2.148.740,47 (dois milhões cento quarenta oito mil setecentos quarenta reais e quarenta sete centavos).

#### **A meta fiscal de montante da dívida:**

A meta não foi alcançada, tendo em vista a Operação de Crédito que foi orçado R\$ 3.200.000,00 (três milhões de reais), mas que no transcorrer do ano foi realizado apenas R\$ 1.804.621,81 (um milhão oitocentos quatro mil seiscentos vinte um reais e oitenta um centavos).

#### **9.2 Gastos mínimos em Ações e Serviços Públicos de Saúde**

No exercício de 2013, de acordo com as regras estabelecidas no artigo 77, § 1º do ADCT, o Município deveria aplicar pelo menos 15% das receitas produto de impostos em ações e serviços públicos de saúde.

Conforme Demonstrativo do Controle de Gastos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, o Município aplicou no exercício R\$ 6.301.001,59 (seis milhões trezentos um mil um real e cinqüenta nove centavos) o que equivale a 26,04% das receitas produto de impostos que somou R\$ 24.194.407,67 (Vinte e quatro milhões cento noventa quatro mil quatrocentos sete reais e sessenta sete centavos) atendendo, portanto, o mandamento constitucional.

#### **ANEXO XVI - RECEITA E GASTOS COM SAÚDE ATÉ DEZEMBRO DE 2013**

<b>a) Receita de Impostos/Transferências</b>	<b>R\$ 24.194.407,67</b>
IPTU	R\$ 679.247,34
IRRF	R\$ 472.462,54
ITBI	R\$ 282.759,98
ISQN	R\$ 1.050.136,46
DA impostos, multas e Juros de Mora	R\$ 186.590,38
Cota FPM	R\$ 10.549.641,72
Cota ITR	R\$ 44.796,15
LC 87/96 (ICMS s/exportação)	R\$ 45.460,93
Cota do ICMS	R\$ 9.804.923,95
Cota IPI s/ exportação	R\$ 136.377,03
Cota do IPVA	R\$ 942.011,19
<b>b) Percentual Mínimo de 15% ( a x 15%)</b>	<b>R\$ 3.629.161,15</b>
<b>c) Despesas com Saúde (15 %) - Fonte 02</b>	<b>R\$ 6.301.001,59</b>
Despesas com Saúde	R\$ 6.301.001,59

## **CONCLUSÃO**

Valor Mínimo que deveria ser aplicado (b)	R\$ 3.629.161,15
(-) Valor efetivamente gasto com saúde (c)	R\$ 6.301.001,59
<b>Valor aplicado a maior (c-b)</b>	<b>R\$ 2.671.840,44</b>

Percentual Mínimo de Receitas de Impostos e Transf.de Impostos a ser aplicado	15,00%
Valor Aplicado	26,04%
<b>Aplicação a maior</b>	<b>11,04%</b>

### **9.3 Gastos mínimos em Ensino**

De acordo com o Demonstrativo do Controle dos Gastos em Ensino, o Município aplicou R\$ **6.552.998,59** (seis milhões, quinhentos cinquenta dois mil novecentos noventa oito reais e cinquenta nove centavos), em manutenção e desenvolvimento do ensino, o que equivale a **26,58%** das receitas resultantes de impostos, respectivamente, que totalizou R\$ **24.613.170,82** (vinte e quatro milhões seiscentos treze mil e cento setenta reais e oitenta dois centavos), mais o rendimentos de aplicação financeira de R\$ 10.243,46 (dez mil duzentos quarenta três reais e quarenta seis centavos).

**ANEXO X - RECEITA E GASTOS COM EDUCAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2013**

<b>a) Receita de Impostos/Transferências/Rendimentos</b>	<b>R\$ 24.613.170,82</b>
IPTU	R\$ 679.247,34
IRRF	R\$ 472.462,54
ITBI	R\$ 282.759,98
ISQN	R\$ 1.050.136,46
DA impostos, multas e Juros de Mora	R\$ 186.590,38
Cota FPM	R\$ 11.017.837,18
Cota ITR	R\$ 44.796,15
LC 87/96 (ICMS s/exportação)	R\$ 45.460,93
Cota do ICMS	R\$ 9.804.923,95
Cota IPI s/ exportação	R\$ 136.377,03
Cota do IPVA	R\$ 942.011,19
<b>b) Rendimentos (Fundeb +MDE)</b>	<b>R\$ 10.243,46</b>
Rendimento Aplicação Financeira Fundeb	R\$ 10.243,46
Rendimento Aplicação Financeira MDE	
<b>c) Percentual Mínimo de 25% ( a x 25%)+b)</b>	<b>R\$ 6.163.536,17</b>
d) Repasse ao FUNDEB	R\$ 4.304.399,80
e) Retorno do FUNDEB	R\$ 5.004.656,67
<b>f) Perda com o FUNDEB (d-e)</b>	<b>R\$ 700.256,87</b>
<b>g) Despesas com ensino Fundamental e infantil (h+i+j+k-l)</b>	<b>R\$ 6.552.998,59</b>
h) Programa 12.361 - Ensino Fundamental	R\$ 4.998.726,15
i) Programa 12.365 - Ensino Infantil	R\$ 2.086.364,29
j) Programa 12.366 - Programa EJA	R\$ 19.158,24
k) Serviço da Dívida Interna	R\$ 149.006,78
l) GANHO com o FUNDEB	R\$ (700.256,87)
<b>m) Despesas Consideradas para Cálculo dos 25%</b>	<b>R\$ 6.552.998,59</b>

**CONCLUSÃO**

Valor Mínimo que deveria ser aplicado (c)	R\$ 6.163.536,17
(-) Valor efetivamente gasto com ensino (m)	R\$ 6.552.998,59
Valor aplicado a <b>maior (m-c)</b>	R\$ 389.462,42

Percentual Mínimo de Receitas de Impostos e Transf.de Impostos a ser aplicado	25,00%
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>26,58%</b>
Aplicação a <b>maior</b>	1,58%
Artigo 212 da Constituição	<i>cumprido</i>

Os dados registram que o Município cumpriu o mandamento constitucional de gastos mínimos em ensino, cumprindo o disposto no artigo 212 da nossa carta Magna.

**9.4 Gastos mínimos com o FUNDEB**

Ainda, de acordo com o Demonstrativo do FUNDEB, o Município aplicou R\$ **3.564.962,53** (três milhões, quinhentos sessenta quatro mil novecentos sessenta dois reais cinqüenta três centavos) na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, o que equivale a 71,23% dos recursos recebidos do FUNDEB e

seus respectivos rendimentos, cumprindo assim o artigo 60, XII da ADCT e Lei nº 11.494/07.

MÊS	RETORNO	REPASSADO	DIFERENÇA	RENDIMENTOS	60% MAG.	APLICADO	SALDO	%
JANEIRO	R\$ 419.558,95	R\$ 361.000,38	R\$ 58.558,57	R\$ 598,30	R\$ 252.094,35	R\$ 160.024,70	(R\$ 92.069,65)	38,09%
FEVEREIRO	R\$ 406.822,09	R\$ 408.422,69	(R\$ 1.600,60)	R\$ 843,04	R\$ 244.599,08	R\$ 181.537,99	(R\$ 63.061,09)	44,53%
MARÇO	R\$ 358.002,92	R\$ 307.466,11	R\$ 50.536,81	R\$ 1.082,13	R\$ 215.451,03	R\$ 347.420,16	R\$ 131.969,13	96,75%
ABRIL	R\$ 417.546,46	R\$ 343.738,76	R\$ 73.807,10	R\$ 1.089,09	R\$ 251.181,33	R\$ 295.248,80	R\$ 44.067,47	70,53%
MAIO	R\$ 440.936,18	R\$ 409.637,18	R\$ 31.299,00	R\$ 992,42	R\$ 264.561,71	R\$ 287.158,81	R\$ 22.597,10	65,12%
JUNHO	R\$ 408.991,35	R\$ 362.021,21	R\$ 46.970,14	R\$ 1.297,90	R\$ 246.173,55	R\$ 343.305,43	R\$ 97.131,88	83,67%
JULHO	R\$ 386.886,44	R\$ 304.255,05	R\$ 82.631,39	R\$ 581,81	R\$ 232.480,95	R\$ 304.670,26	R\$ 72.189,31	72,86%
AGOSTO	R\$ 417.557,75	R\$ 351.294,63	R\$ 66.263,12	R\$ 751,78	R\$ 250.985,72	R\$ 298.705,96	R\$ 47.720,24	77,06%
SETEMBRO	R\$ 420.912,27	R\$ 332.793,66	R\$ 88.118,61	R\$ 576,81	R\$ 252.893,45	R\$ 301.175,45	R\$ 48.282,00	71,46%
OUTUBRO	R\$ 409.009,15	R\$ 335.170,94	R\$ 73.838,21	R\$ 1.078,47	R\$ 246.052,57	R\$ 318.819,18	R\$ 72.766,61	77,74%
NOVEMBRO	R\$ 460.404,56	R\$ 393.775,70	R\$ 66.628,86	R\$ 830,18	R\$ 276.740,84	R\$ 299.529,24	R\$ 22.788,40	65,06%
DEZEMBRO	R\$ 458.028,55	R\$ 394.823,49	R\$ 63.205,06	R\$ 521,53	R\$ 275.130,05	R\$ 427.366,55	R\$ 152.236,50	93,31%
TOTAL	R\$ 5.004.656,67	R\$ 4.304.399,80	R\$ 570.422,35	R\$ 10.243,46	R\$ 3.008.344,63	R\$ 3.564.962,53	R\$ 556.617,90	71,23%

## 9.5 Limites de Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal dos últimos doze meses do Poder Executivo e do Poder Legislativo, posição até o mês de Dezembro de 2013, somaram respectivamente, R\$ **15.804.164,86** (quinze milhões oitocentos quatro mil oitocentos quatro reais e oitenta seis centavos) e R\$ **759.140,67** (setecentos cinqüenta nove mil cento quarenta reais e sessenta sete centavos) equivalente a 47,83% e 2,30% da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo também do limite global de 54% e 6% respectivamente.

### 9.5.1 Quadro Demonstrativo Despesas com Pessoal Consolidado

Janeiro 2013 a Dezembro 2013

R\$1,00

DESCRIÇÃO	ÚLTIMOS 12 MESES
<b>Despesa Bruta com Pessoal (I)</b>	<b>16.563.305,53</b>
Pessoal Ativo	16.120.963,55
Inativos e Pensionistas	58.710,33
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização	383.631,65
<b>( - ) Despesa não computada (II)</b>	

		0,00
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL (III)</b>		<b>16.563.305,53</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>33.043.356,67</b>
<b>Percentual Obtido</b>	50,13%	<b>16.563.305,53</b>
<b>Limite Prudencial</b>	57,00%	18.834.713,30
<b>Limite Máximo Admitido</b>	60,00%	19.826.014,00

#### 9.5.1.1 Quadro Demonstrativo Despesas com Pessoal do Poder Executivo

DESCRIÇÃO		ÚLTIMOS 12 MESES
<b>Despesa Bruta com Pessoal (I)</b>		<b>15.804.164,86</b>
Pessoal Ativo		15.361.822,88
Inativos e Pensionistas		58.710,33
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização		383.631,65
<b>( - ) Despesa não computada (II)</b>		<b>-</b>
Despesa de Exercícios Anteriores		-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL (III)</b>		<b>15.804.164,86</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>33.043.356,67</b>
<b>Percentual Obtido</b>	47,83%	15.804.164,86
<b>Limite Prudencial</b>	51,30%	16.951.241,97
<b>Limite Máximo Admitido</b>	54,00%	17.843.412,60

#### 9.5.1.2 Quadro Demonstrativo Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

Janeiro 2013 a Dezembro 2013

R\$1,00

DESCRIÇÃO	ÚLTIMOS 12 MESES
<b>Despesa Bruta com Pessoal (I)</b>	<b>759.140,67</b>
Pessoal Ativo	<b>759.140,67</b>
Inativos e Pensionistas	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização	0,00

<b>( - ) Despesa não computada (II)</b>		-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL (III)</b>		<b>759.140,67</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>33.043.356,67</b>
<b>Percentual Obtido</b>	2,30%	759.140,67
<b>Limite Prudencial</b>	5,70%	1.883.471,33
<b>Limite Máximo Admitido</b>	6,00%	1.982.601,40

**10 - Despesa com remuneração de Vereadores em relação ao subsídio deputados ano.**

<b>Subsidio dos Deputados</b>	<b>Limite 30%</b>	<b>Subsidio do vereador</b>	<b>Diferença</b>	<b>% da remuneração</b>
<b>240.508,20</b>	<b>72.152,52</b>	<b>40.308,72</b>	<b>31.843,80</b>	<b>16,76%</b>

A Remuneração mensal e individual de cada vereador foi de R\$ 3.359,06 (três mil trezentos cinquenta e nove reais e seis centavos) mensais, o que equivale a 16,76% da remuneração de deputado estadual, que é de R\$ 20.042,35 (vinte mil quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos) ficando aquém do patamar estabelecido pela emenda Constitucional 29, VI, b.

**11. Despesa com remuneração de Vereadores do Total da Receita Tributária.**

Os gastos com a remuneração dos vereadores em 2013 somaram R\$ 362.778,48 (Trezentos e sessenta e dois mil setecentos e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos) equivalente a 1,40% da receita total realizada, portanto abaixo do limite constitucional de 5%.

<b>Receita Orçam. do período</b>	<b>Despesa com remuneração de Vereadores</b>	<b>% da Despesa com pessoal</b>
25.968.912,13	362.778,48	1,40%

**12 – Despesas com Folha de Pagamento da Receita da Câmara.**

A folha de pagamento do Poder Legislativo no exercício de 2013 foi de R\$ 623.679,47 (Seiscentos e vinte e três mil e seiscentos e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos) e equivalente a 47,98% do seu orçamento inicial fixado em R\$



1.300.000,00 (um milhão trezentos mil reais), portanto, abaixo do limite constitucional de 70%.

<b>Total das Verbas Orçamentárias</b>	<b>Limite gastos conf. Art. 29-A, §1º- CF - 70%</b>	<b>Despesa Acumulada c/ Folha de Pagamento</b>	<b>% da Folha de Pagamento</b>
1.300.000,00	910.000,00	623.679,47	47,98%

### **13- Limites de Endividamento.**

A Lei de Responsabilidade Fiscal e Demonstrativos do Balanço Geral anexo 16 4.320/64, revela que a dívida consolidada do Município é de R\$ 1.804.621,81 (um milhão oitocentos e quatro mil seiscentos vinte um reais e oitenta um centavos) o equivalente a 5,46% das receitas correntes líquidas, portanto abaixo do limite de 120%. No presente ano a administração realizou operação de crédito no valor de R\$ 1.287.643,85, sendo assim dentro do Limite de 16% ao ano, que seria no valor de R\$ 5.286.937,06. Ressaltamos que o Município Possui condição privilegiada na busca de recurso via operação de crédito, em vista dos números apresentados.

RECEITA CORRENTE LIQUIDA ANO: R\$ **33.043.356,67**

<b>Limite 120% acumulado</b>	<b>Saldo 2.013 5,46%</b>	<b>Saldo realizar 114,54%</b>	<b>Limite 16% ano</b>	<b>Realizado ano</b>
<b>39.652.028,04</b>	1.804.621,81	<b>37.847.406,23</b>	5.286.937,06	1.287.643,85

### **CONCLUSÃO**

Diante dos números analisados por essa controladoria nos anexos 12, 13, 14,15, 16 e 17 da Lei 4.320/64. Verificamos que no tocante ao balanço orçamentário registra-se um superávit de R\$ 3.248.001,23. No balanço financeiro encontramos um superávit de R\$ 3.249.348,16, valor este ocasionado pelo superávit do Inst. de Prev. Social Serv. Públicos de Papanduva - IPREPAV. Na análise do balanço patrimonial verificamos um acréscimo de R\$ 5.059.678,13, suportado pelo acréscimo financeiro e do permanente e pelas provisões matemáticas previdenciárias. O anexo 15 de variações patrimoniais demonstra um superávit verificado no exercício de R\$ 5.059.678,13 em virtude da incorporação de ativos. A dívida fundada interna (anexo 16), sofreu um pequeno acréscimo em vista de realização de operação de crédito junto ao BADESC. A dívida flutuante apresenta um saldo elevado na conta de depósito de diversas origens e de restos a pagar, estes decorrentes do exercício de 2012.

Em relação as metas fiscais verificamos que no comparativo entre a receita e despesa houve superávit, o resultado primário foi equilibrado, o resultado nominal foi muito além do previsto em virtude do alto valor de restos a pagar, a dívida prevista não foi alcançada em vista da operação de crédito ter sido realizada de forma parcial.

Os gastos com saúde de 15% de valores resultantes de impostos foi superior em 11,04%, representando a cifra de R\$ 2.671.840,44.

O Demonstrativo da Educação nos revela que o município atendeu ao artigo 212 da CF, aplicando 26,58% de valores resultante de impostos, ou seja, 1,58% acima do exigido em valores R\$ 389.462,42. Em relação a aplicação dos 60% do FUNDEB em valorização do magistério, visualizamos a aplicação de 71,23%, superior em 11,23%, alcançando a cifra de R\$ 556.617,90.

Despesas com pessoal do poder Executivo e Legislativo são de 47,83% e 2,30%, respectivamente, em relação à receita corrente líquida que foi no exercício de R\$ **33.043.356,67**, atendendo plenamente o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do acima exposto e, ainda:

**Considerando**, o resultado das Auditorias Internas realizadas no exercício;

**Considerando**, as medidas determinadas pelo Prefeito Municipal no sentido de que a Controladoria Geral promova reuniões e notifique os servidores responsáveis com o objetivo de discutir e ajustar as normas de controle interno editadas, tirar dúvidas e elevar o nível de consciência da importância do Sistema no cumprimento dos princípios que regem a administração pública;

**Considerando**, as medidas que serão adotadas para prevenir novas deficiências administrativas;

**Considerando**, que o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO pode ser considerado satisfatório;

**Considerando**, que as metas físicas e financeiras na execução das ações financiadas com recursos ordinários e vinculados atenderam a legislação;

**Considerando**, o resultado financeiro superavitário em atendimento ao princípio do equilíbrio de caixa inclusive por fonte de recursos;

**Considerando**, as medidas efetivas adotadas para a cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa;

**Considerando**, o cumprimento dos gastos mínimos com saúde, educação e FUNDEB;

**Considerando**, a observância dos limites de gastos com pessoal e de endividamento;

**Considerando**, o cumprimento dos princípios fundamentais da contabilidade na execução orçamentária, financeira e patrimonial; e

**Considerando**, que os créditos adicionais atenderam ao princípio da legalidade.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O ACOMPANHAMENTO MENSAL E OS ANEXOS DO PRESENTE BALANÇO, **RESOLVE EMITIR PARECER FAVORÁVEL ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013**, POR ENTENDER QUE AS MESMAS EXPRESSAM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA.

É o nosso parecer.

Papanduva/SC, 14 de fevereiro de 2014.

---

André Luiz Geraldi  
Coordenador do Sistema de Controle Interno